

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 7 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 8 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 9 |
| 2.5 Medições não contábeis | 10 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 11 |
| 2.7 Destinação de resultados | 12 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 14 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 15 |
| 2.10 Planos de negócios | 16 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 18 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 19 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 23 |
| 5.3 Programa de integridade | 26 |
| 5.4 Alterações significativas | 29 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 30 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FR 2. Comentários dos diretores:

FR 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

2.1.a condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para executar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2023 a Companhia obteve um lucro operacional de R\$ 4.813.760,74 (quatro milhões, oitocentos e treze mil, setenta e sessenta reais e setenta e quatro centavos), representando 3,07% do faturamento bruto e o resultado da participação societária positiva foi de R\$ 5.998.316,45 (cinco milhões, novecentos e noventa e oito mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e cinco), totalizando R\$ 10.812.077,19 (dez milhões, oitocentos e doze mil, setenta e sete reais e dezenove centavos) de lucro do resultado do exercício. Foram feitos investimentos da ordem de R\$ 4,5 milhões, destinados às aquisições de máquinas e equipamentos industriais. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento alcançaram R\$ 5,8 milhões, perfazendo 4,29% da nossa receita líquida, evidenciando a preocupação constante com a inovação e desenvolvimento de novos produtos

2.1.b estrutura de capital

A Estrutura de Capital da Companhia está composta por:

| | Em 31 de dezembro de | | | |
|----------------------------------|----------------------|---------|-------------|---------|
| | ANO 2023 | | ANO 2022 | |
| | (em R\$(1)) | % | (em R\$(1)) | % |
| Capital próprio ¹ | 145.599.751 | 57,91% | 134.589.481 | 54,14% |
| Capital de terceiro ² | 105.831.707 | 42,09% | 114.020.167 | 45,86% |
| Capital Total | 251.431.458 | 100,00% | 248.609.648 | 100,00% |
| Capital Próprio / Total | 57,91% | | 54,14% | |

2.1.c capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A liquidez da Companhia e de suas controladas é suficiente para assumir todos os seus compromissos financeiros de curto prazo. A companhia encerrou o exercício com índice de Liquidez Corrente de 2,76 em 31/12/2023, 2,51 em 31/12/2022 e 2,67 em 31/12/2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1.d fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A política da Companhia tem sido a de financiar suas operações a custos competitivos, seja através de linhas de financiamentos junto ao BNDES, Finame e Finep, ou junto a bancos comerciais com linhas de crédito de curto prazo para gestão de capital de giro.

2.1.e fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além de manter reservas de lucros, a Companhia está apta a captar recursos junto a instituições financeiras de médio e grande porte, aplicáveis ao financiamento das necessidades de capital de giro e manutenção de disponibilidades de caixa, em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

Os investimentos em ativos não circulantes deverão ser financiados principalmente por meio de recursos disponibilizados no âmbito do projeto de investimentos já aprovado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. A Companhia mantém reservas de lucros para suportar as necessidades de capital de giro e investimentos.

2.1.f níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

2.1.f) Quadro dos níveis de endividamento

| Demonstrativo de níveis de endividame | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras | 43.992 | 43.320 | 59.462 |
| Financiamentos (Parcelas do circulante) | 6.199 | 6.673 | 3.961 |
| Financiamentos (Parcelas do não circulante) | 15.392 | 18.976 | 16.340 |
| Caixa líquido (valor de caixa, equivalente de caixa e aplicações deduzidos dos financiamentos) | 22.401 | 17.671 | 39.161 |
| Total disponibilidades | 43.992 | 43.320 | 59.462 |
| Total financiamento | -21.591 | -25.649 | -20.301 |
| Patrimônio líquido | 131.723 | 134.590 | 145.599 |
| Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido) | -17,01% | -13,13% | -26,90% |
| Total da dívida (circulante + não circulante) | -21.591 | -25.649 | -20.301 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1.f.i contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os financiamentos foram obtidos para aquisição de máquinas e equipamentos e estão garantidos por avais da Diretoria.

No ano de 2023 a Baumer efetuou o pagamento de R\$ 13,4 milhões para liquidação de empréstimos junto às instituições bancárias. Para o empréstimo relacionado a pesquisa, desenvolvimento e inovação, os juros são de 4,5% ao ano e para o empréstimo relacionado à produção, os juros correspondem a TJLP + 3% ao ano.

2.1.f.ii outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A administração da Companhia está permanentemente empenhada na busca por fontes competitivas para financiamentos de suas operações e não mantém quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras passíveis de gerar efeitos relevantes.

2.1.f.iii grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas grafadas no balanço da Companhia.

2.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, pois não existe nenhuma restrição imposta ao emissor.

2.1.g limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois não existe limite de utilização dos financiamentos já contratados.

2.1.h alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1.h) Nossas informações financeiras para os exercícios encerrados em 2023, 2022 e 2021 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO | | | |
|---------------------------------------|---------|---------|---------|
| Consolidado | | | |
| ATIVO | 2.023 | 2.022 | 2.021 |
| CIRCULANTE | | | |
| Disponibilidade | 13.859 | 8.855 | 12.982 |
| Aplicações Financeiras | 45.603 | 34.465 | 31.010 |
| Contas a Receber de Clientes, líquido | 40.857 | 53.344 | 36.127 |
| Estoques | 56.523 | 54.624 | 50.086 |
| Impostos a recuperar | 16.222 | 17.614 | 20.926 |
| Outras Contas a Receber | 2.360 | 4.203 | 5.099 |
| Dividendos a receber | 285 | 1.793 | 284 |
| Despesas Antecipadas | 1.193 | 1.091 | 1.036 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 176.902 | 175.989 | 157.550 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 37.151 | 37.133 | 35.922 |
| Empresas Relacionadas | 13.244 | 13.244 | 13.153 |
| Outros Créditos | 23.907 | 23.889 | 22.769 |
| Ativo Permanente | 35.872 | 35.487 | 34.659 |
| Investimentos, líquido | 3.454 | 3.436 | 3.436 |
| Imobilizado, líquido | 31.234 | 30.716 | 29.811 |
| Intangível , líquido | 1.184 | 1.335 | 1.412 |
| TOTAL NÃO CIRCULANTE | 73.023 | 72.620 | 70.581 |
| TOTAL DO ATIVO | 249.925 | 248.609 | 228.131 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

| PASSIVO | Consolidado | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 2.023 | 2.022 | 2.021 |
| CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 3.961 | 6.673 | 6.199 |
| Fornecedores | 10.411 | 14.694 | 9.068 |
| Impostos e contribuições sociais | 1.247 | 1.477 | 1.511 |
| Salários e Encargos Sociais | 2.789 | 2.833 | 2.396 |
| Empresas Relacionadas | 0 | 0 | 0 |
| Dividendos e Juros s/ Capital Próprio | 8.003 | 5.709 | 2.747 |
| Contas a Pagar e Outras Provisões | 35.711 | 38.082 | 36.885 |
| Imposto de Renda e Contribuições Sociais | 519 | 522 | 305 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 62.641 | 69.990 | 59.111 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Passivo Exigível a Longo Prazo | 41.685 | 44.029 | 37.297 |
| Empréstimos e Financiamentos | 16.340 | 18.976 | 15.392 |
| Impostos e contribuições sociais | 0 | 0 | 0 |
| Provisão para Riscos Fiscais e Trabalhistas | 22.874 | 22.344 | 19.014 |
| Imposto e CSSL Diferidos | 1.868 | 1.868 | 1.868 |
| Outras Contas a Pagar | 603 | 841 | 1.023 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 41.685 | 44.029 | 37.297 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | 70.000 | 66.000 | 41.000 |
| Reserva de Capital | 212 | 212 | 212 |
| Reservas de Lucros | 70.332 | 63.630 | 85.314 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 3.696 | 3.696 | 3.696 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 144.240 | 133.538 | 130.222 |
| Participação não controladores | 1.359 | 1.052 | 1.501 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 145.599 | 134.590 | 131.723 |
| TOTAL DO PASSIVO | 249.925 | 248.609 | 228.131 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

| | Consolidado | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2.023 | 2.022 | 2.021 |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | <u>2.023</u> | <u>2.022</u> | <u>2.021</u> |
| Vendas e Serviços | <u>194.354</u> | <u>185.807</u> | <u>151.814</u> |
| Impostos incidentes sobre vendas | -24.404 | -21.263 | -17.994 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | <u>169.950</u> | <u>164.544</u> | <u>133.820</u> |
| Custos dos Produtos e Serviços Vendidos | -67.074 | -68.618 | -58.660 |
| LUCRO BRUTO | <u>102.876</u> | <u>95.926</u> | <u>75.160</u> |
| | | | |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | |
| Comerciais | -41.919 | -37.339 | -29.384 |
| Administrativas | -31.834 | -29.627 | -27.088 |
| Pesquisa e desenvolvimento | -5.823 | -6.144 | -5.674 |
| Tributária | -297 | -146 | -5.665 |
| Resultado de Participação Societária | -243 | 293 | -363 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | -1.172 | -4.788 | 4.886 |
| Total das despesas Operacionais | <u>-81.288</u> | <u>-77.751</u> | <u>-63.288</u> |
| | | | |
| RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS | | | |
| Receitas financeiras | 14.019 | 17.342 | 16.520 |
| Despesas financeiras | -20.474 | -25.947 | -12.816 |
| Despesas de variação cambial | -519 | 107 | -2.147 |
| Total das despesas Financeiras | <u>-6.974</u> | <u>-8.498</u> | <u>1.557</u> |
| LUCRO OPERACIONAL | <u>14.614</u> | <u>9.677</u> | <u>13.429</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | -5.673 | -3.968 | -3.297 |
| LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÃ | <u>8.941</u> | <u>5.709</u> | <u>10.132</u> |
| Participação minoritária | 0 | 0 | 0 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | <u>8.941</u> | <u>5.709</u> | <u>10.132</u> |

A empresa apurou lucro líquido de R\$ 8,9 milhões no ano 2023, um aumento de 56,61% em comparação com o ano de 2022 (R\$ 5,7 milhões).

2.2 Resultados operacional e financeiro

FR 2.2. Os diretores devem comentar:

2.2.a Resultados das operações do emissor, em especial:

2.2.a.i Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de produtos para hospitais e indústrias relacionados à área da saúde e para cirurgias de ortopedia e odontologia, atingindo em 2023 R\$ 194,3 milhões, com um aumento de 4,60% em relação a 2022(185,8 milhões).

2.2.a.ii Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O ambiente de instabilidade e incerteza decorrentes da pandemia, da guerra Rússia / Ucrania agravou ainda mais a logística com aumento significativo de preços de produtos e fretes.

2.2.b Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação.

A taxa de câmbio teve influência nos negócios; o Real está desvalorizado frente à moeda estrangeira, favorecendo as exportações. Porém, para empresas que importam materiais e componentes o cenário é negativo, com o aumento dos custos de produção.

2.2.c. Impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dessas variáveis, grande parte das vendas são atreladas ao SUS, que mantém seus preços congelados, ao contrário dos preços de insumos, tarifas e da mão de obra. A companhia busca, de forma permanente, aprimorar seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de amenizar os efeitos dessas variáveis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

FR 2.3. Os diretores devem comentar:

2.3.a Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com endosso por meio de Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

2.3.b opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

FR 2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2023.

2.4.b Constituição, aquisição ou alienação de participação

Existe previsão de constituição de novas empresas para melhorar o gerenciamento dos segmentos existentes.

2.4.c Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois não houve nenhum evento ou operações não usuais que merecessem destaque.

2.5 Medições não contábeis

FR 2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis.

Não se aplica.

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Não se aplica.

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Não se aplica

2.6 Eventos subsequentes as DFs

FR 2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Nenhum evento subsequente relevante ocorreu após a publicação das Demonstrações Financeiras.

2.7 Destinação de resultados

FR 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

2.7.a regras sobre retenção de lucros

Nos termos da lei nº. 6.404, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas da Companhia podem deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia definido em seu Estatuto Social.

2.7.b regra sobre distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, seus acionistas terão direito de receber como dividendos dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.

2.7.c periodicidade das distribuições de dividendos

Os acionistas da Companhia terão direito de receber dividendos anualmente, calculados na forma descrita no item b acima. A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.7.d eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme artigo 33 do estatuto social da empresa, no capítulo VI “Do Exercício Social, Balanços e Demonstrações de Resultados”.

Artigo. 33 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes:

a) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76;

b) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

c) a importância a ser dívida entre os órgãos da administração na proporção que for determinada pelo Presidente do Conselho, observando o disposto no art. 152, combinado com os arts. 190 e 201 da Lei 6.404/76.

O saldo terá o destino que por proposta da Diretoria for dado pela Assembleia Geral, que poderá conservar os lucros suspensos, destiná-los à reserva ou aumento de capital.

Parágrafo único - A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.7.e se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme artigo 33 do estatuto social da empresa, no capítulo VI “Do Exercício Social, Balanços e Demonstrações de Resultados”.

Artigo. 33 - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. Feitas as deduções previstas nos artigos 189, parágrafo único e 190 da Lei nº 6.404/76, os resultados verificados em balanço serão aplicados da seguinte forma, observadas as disposições legais pertinentes:

a) 5 % para o Fundo de Reserva Legal, até que atinja 20% do capital, deixando de fazê-lo na hipótese prevista no §1º do art.193 da Lei 6.404/76;

b) a importância necessária ao pagamento de dividendo mínimo de 25% às ações ordinárias e 25% às ações preferenciais do lucro líquido apurado, nos termos da legislação em vigor, respeitando-se a proporcionalidade da participação de cada espécie de ação no capital social da Companhia.

c) a importância a ser dívida entre os órgãos da administração na proporção que for determinada pelo Presidente do Conselho, observando o disposto no art. 152, combinado com os arts. 190 e 201 da Lei 6.404/76.

O saldo terá o destino que por proposta da Diretoria for dado pela Assembleia Geral, que poderá conservar os lucros suspensos, destiná-los à reserva ou aumento de capital.

Parágrafo único - A Companhia poderá levantar balanços semestrais respeitando o previsto no art. 7º do Estatuto e com base neles proceder a distribuição de dividendos ou capitalizar lucros, atos estes que deverão ser ratificados pela primeira Assembleia Geral que se seguir às deliberações.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

FR 2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

2.8.a Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:

Não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.8.b Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023 não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

FR 2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

2.9.a Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável à Companhia.

2.9.b Natureza e propósito da operação

Não aplicável à Companhia.

2.9.c Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia.

2.10 Planos de negócios

FR 2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

2.10.a Investimentos, incluindo:

2.10.a.i Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2024, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, a projetos de ganho de eficiência e competitividade. A Baumer segue firme em sua direção de perseguir o crescimento contínuo e sustentável, preservando margens, retorno e geração de caixa.

2.10.a.ii Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2024 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do

2.10.a.iii Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram feitos desinvestimentos relevantes.

2.10.b Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

2.10.c Novos produtos e serviços, indicando:

2.10.c.i Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente, a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

2.10 Planos de negócios

2.10.c.ii Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente, a BAUMER investe aproximadamente 4,55% da receita líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

2.10.c.iii Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

2.10.c.iv Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2023, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de 5,8 milhões.

2.10.d Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está conectada com diversas ações de sustentabilidade, governança e gestão ambiental. Faz parte da estratégia da Baumer avançar em todos os aspectos com trabalhos sendo conduzidos em parceria com nossos clientes, consultores externos de forma a aprimorar nossos indicadores e ampliar gradativamente o escopo e aderência ao ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

FR 2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não temos outros fatores a comentar, além do que já foi comentado nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

FR 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

FR 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco.

O gerenciamento de riscos corporativos da companhia é orientado a fim de aumentar as chances da organização de atingimento dos seus objetivos, evitando riscos a sua estratégia e consequentemente protegendo e aumentando o valor do negócio.

A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos envolve:

- **Diretoria:** Responsável por supervisionar o processo de gerenciamento de riscos e ambiente de controle interno, alinhando junto ao Conselho de Administração, as estratégias para adequado controle dos riscos na organização.
- **Administração:** Executar as atividades de controle dos riscos para os quais a companhia busca proteção, visando assegurar a existência de uma cultura adequada ao gerenciamento de riscos e controles internos e a aplicação de sistemas apropriados em suas áreas de atuação.
- **Auditoria Interna/Gerenciamento de Riscos:** Avaliação do ambiente de controles internos e gerenciamento de riscos, no intuito de identificar a efetividade das atividades desenvolvidas pela Administração, comunicar suas observações e sugestões de melhoria contínua para o processo para Diretoria e Administração.
- **Colaboradores:** Cada empregado deve entender, aceitar e implementar os processos de gerenciamento de riscos relevantes a sua área de atuação.

a) Riscos de cumprimento/legais:

Não cumprimento de regulamentações de saúde, segurança e meio ambiente em seus processos produtivos.

Para minimização deste risco, a organização avalia de forma proativa e constantemente os riscos trabalhistas aos quais está exposta, por meio de um Comitê multidisciplinar formado por especialistas das áreas trabalhista, produtiva, jurídica, segurança, saúde e meio ambiente, e representantes da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Diretoria. O objetivo deste Comitê é discutir e priorizar as ações necessárias para mitigação e controle.

A Companhia possui uma área de Saúde e Segurança que estabelece processos sistemáticos de avaliação periódica do seu processo de produção, bem como realiza auditorias periodicamente em fornecedores e prestadores de serviço de maior criticidade.

Quanto à regulamentação fiscal, a Companhia conta com acessória de escritório especializado com objetivo de monitorar e discutir os impactos de alterações de legislação, as quais alimentam o sistema de gestão da companhia para que haja cumprimento em sua totalidade.

b) Riscos Operacionais

Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia. Buscando o controle destes riscos, a empresa possui um sistema de qualidade que busca assegurar a produção dentro das especificações solicitadas pelos clientes, por meio de avaliações permanentes de seus processos industriais.

c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que a estrutura operacional de gerenciamento de riscos e controles internos é robusta e estimula um processo de melhoria contínua de seus processos para adequado endereçamento dos riscos para os quais busca proteção.

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada, apresenta alto grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. Ainda assim, o esforço de melhoria contínua, presente em todas as nossas atividades, também se aplica na busca do aprimoramento dos processos e controles, que são constantemente aprimorados. Adicionalmente, a adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de relatório específico pelos Auditores Independentes para o Conselho de Administração.

O relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes não apresenta deficiências significativas quanto aos controles internos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco.

- i. Riscos para os quais se busca proteção.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiro com objetivos diversos de proteção patrimonial.

- ii. Instrumentos utilizados para proteção.

Diretoria: Responsável por supervisionar o processo de gerenciamento de riscos e ambiente de controle interno, alinhando junto ao Conselho de Administração, as estratégias para adequado controle dos riscos na organização.

Administração: executar as atividades de controle dos riscos para os quais a companhia busca proteção, visando assegurar a existência de uma cultura adequada ao gerenciamento de riscos e controles internos e a aplicação de sistemas apropriados em suas áreas de atuação.

Auditoria Interna / Gerenciamento de Riscos: Avaliação do ambiente de controles internos e gerenciamento de riscos, no intuito de identificar a efetividade das atividades desenvolvidas pela Administração, comunicar suas observações e sugestões de melhoria contínua para o processo para Diretoria e Administração.

Colaboradores: Cada empregado deve entender, aceitar e implementar os processos de gerenciamento de riscos relevantes a sua área de atuação.

- iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Administração entende que a estrutura operacional de gerenciamento de riscos e controles internos é robusta, e estimula um processo de melhoria contínua de seus processos para adequado endereçamento dos riscos para os quais busca proteção presente em todas as nossas atividades, também se aplica na busca do aprimoramento dos processos e controles, que são constantemente aprimorados. Adicionalmente, a adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de relatório específico pelos Auditores Independentes para o Conselho de Administração.

O Relatório de recomendações emitido pelos auditores independentes não apresenta deficiências significativas quanto aos controles internos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

FR 5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada, apresenta alto grau de confiança para o seu tipo de atividade e volume de operações, e se encontra preparado para prevenir e detectar fraudes e erros. Ainda assim, o esforço de melhoria contínua, presente em todas as nossas atividades, também se aplica na busca do aprimoramento dos processos e controles que são constantemente aprimorados.

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo o tratamento dos riscos identificados que ameaçam a realização dos objetivos da entidade no que se refere a confiabilidade dos relatórios financeiros.

As políticas internas e procedimentos apresentadas a seguir expõem as principais práticas de controles internos da Companhia:

✓ Todas as operações comerciais (MI- Mercado Interno e ME-Mercado Externo), compras (MI e ME), produção, faturamento, contas a receber, contas a pagar, custeio, precificação, contabilização, tesouraria, contratos com fornecedores e clientes, planejamento orçamentário, acompanhamento do orçamento, RH, folha de pagamento, obrigações trabalhistas e fiscais são realizadas através do ERP-TOTVS e alguns programas satélites específicos.

✓ Todos os diretores de operações, superintendentes e gerentes de departamento são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção dos controles internos (produtividade, demonstrativo de resultados e indicadores gerais), seja na forma de relatórios, consultas em telas e BI, disponibilizados em conformidade com a hierarquia organizacional, com as respectivas limitações e abrangências.

✓ Os resultados operacionais são apresentados aos gestores mensalmente, com o propósito de verificar e justificar os desvios em relação ao orçamento. Por meio do Programa de Participação dos Resultados (PPR), as informações de resultados e indicadores são disponibilizadas trimestralmente aos gestores, para que sejam apresentados para seus liderados.

✓ O gerenciamento de risco dos instrumentos financeiros contempla a revisão dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

5.2 Descrição dos controles internos

✓ A administração da Companhia realiza o gerenciamento à exposição dos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

✓ Os riscos de crédito são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente, conforme o comportamento do risco apresentado.

✓ A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

O Código de Ética e Conduta Baumer pode ser acessado por todos os colaboradores, seja em material impresso entregue na integração, pela intranet ou site da companhia.

Todos os controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações e, mesmo os sistemas avaliados como eficazes, podem não impedir ou detectar informações incorretas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas;

As estruturas organizacionais possuem responsabilidades perante a Companhia, sobre seus controles internos. São os responsáveis pela operação dos controles, monitoramento por promover melhorias e disseminar a cultura de controle. Além disso, replicam os resultados obtidos através da sua estrutura de reporte e comitês multifuncionais,

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Os processos organizacionais são o primeiro nível de supervisão sobre os controles internos da Companhia. Assim é de responsabilidade dos gestores e diretores dos processos garantir os objetivos de controle estabelecidos e realizar a prestação de contas.

Os diretores e gestores têm acesso a todas as informações gerenciais e de resultados, por meio de um sistema de BI com os indicadores e informações relevantes, para que possam exercer a gestão.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM

5.2 Descrição dos controles internos

que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

A Administração concorda com o Relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não tendo sido identificadas deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidades ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas;

Acreditamos na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das nossas demonstrações financeiras. O grau de automatização e integração dos sistemas utilizados pela Companhia, garante a segurança dos processos, suportando a elaboração das demonstrações financeiras confiáveis. Durante o ano de 2023, não houve mudanças significativas no ambiente de controles internos da Companhia, que apresentasse probabilidade de afetar seus relatórios financeiros.

5.3 Programa de integridade

FR 5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não possui uma política formal de regras, procedimentos ou práticas voltas a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, mas possui um Código de Ética e Conduta, conforme descrevemos abaixo:

A Baumer S.A. tem um Código de Ética e Conduta que orienta seu público interno em relação aos comportamentos esperados em diversos âmbitos e relações. Essa política interna aborda os princípios do Pacto Global, além de um conjunto de procedimentos corporativos que auxiliam a empresa em questões éticas, estimulando a integridade de todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, sociedade, entre outros.

Nosso código traz questões sobre o respeito aos direitos humanos e laborais; privacidade e informações confidenciais; patrimônio; responsabilidade socioambiental; saúde e segurança; e condutas para os relacionamentos. No entanto, estão como temas centrais, o combate à corrupção e conflito de interesses. A empresa deixa claro que não tolera atos desta natureza e estimula que seus públicos se manifestem quanto aos atos praticados que não condizem com suas crenças e forma de atuação.

Para tratar dos dilemas éticos, a companhia adota um Canal de Ética, disponível de forma eletrônica em nosso site, e-mail e intranet; formulários impressos e urnas no parque fabril; ramal eletrônico; caixa postal; além dos contatos diretos com RH e lideranças. Para tratar de todas as questões há um Comitê de Ética que se reúne periodicamente para avaliar, endereçar e fazer follow up das ações corretivas. Os gestores das áreas envolvidas são acionados para realização das ações, contando com apoio da área jurídica e entes externos para investigação dos fatos.

Este código de ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível no website da companhia (<http://www.baumer.com.br/baumer/site/institucional>)

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;
- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

Canal de Denúncias independente pelos quais os colaboradores e parceiros de negócio entre outros, podem submeter denúncias anônimas relativas a eventuais violações do código de ética, diretrizes externas ou internas, entre outras. Estas denúncias são apuradas pela estrutura de Compliance com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

Sim, o canal é aberto aos funcionários com identificação, ou de forma anônima

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;

5.3 Programa de integridade

Sim, o canal é anônimo e os dados não são divulgados, e respeitam a Lei de LGPD.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;

Estas denúncias são apuradas pela estrutura de Compliance com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas;
- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido;

A companhia possui um programa de compliance que define:

- Código de ética com diretrizes e normas que orientam, por exemplo, sua forma de atuar e de fazer negócios, que foca entre outros temas, nas práticas anticorrupção e na defesa da livre concorrência no mercado, bem como estabelece sanções para o não cumprimento das regras estabelecidas.

Este código de ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível no website da companhia(<http://www.baumer.com.br/baumer/site/institucional>)

- Canal de denúncias independente pelos quais os colaboradores e parceiros de negócio entre outros, podem submeter denúncias anônimas relativas a eventuais violações ao código de ética, diretrizes externas ou internas, entre outras. Estas denúncias são apuradas pela estrutura de Compliance com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.

- Programa de treinamento periódico para aos conselheiros, executivos e gerentes da companhia. Como complemento, todos os colaboradores recebem orientações regulares sobre as diretrizes e normas detalhadas no código de ética da companhia.

Atualmente, a Baumer está fazendo a revisão do seu código para enfocar ainda mais nas práticas de Compliance, realizando uma avaliação de riscos de integridade corporativa, com intuito de garantir que a empresa esteja alinhada às práticas globais e marcos regulatórios anticorrupção, aplicáveis aos seus negócios.

5.4 Alterações significativas

FR 5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos;

Todos os riscos e suas respectivas políticas de gerenciamento permanecem inalteradas quando comparadas ao último exercício.

5.5 Outras informações relevantes

FR 5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes;

A Companhia emprega continuamente esforços para o aprimoramento das funções de Compliance, Controles Internos e Gestão de riscos. A Companhia não possui outras informações relevantes além das que já foram previamente descritas nos tópicos anteriores.